

# A CIDADANIA NAS REDES DE COMUNICAÇÃO

Juliano Maurício de CARVALHO<sup>o</sup>  
Ângela M. Grossi de CARVALHO<sup>oa</sup>

## RESUMO

O cenário midiático do período que sucede a popularização da Internet (década de 1990) acentua-se na direção da convergência dos conteúdos informativos e da ampliação das formas de produção e socialização da mensagem. Como consequência, acomodam-se mais e mais websites no espaço virtual, democratizando a informação e horizontalizando o ambiente comunicacional. Com um olhar mais atento, todavia, observa-se que a multiplicidade das mensagens interativas pode não gerar um alargamento da melhoria das condições sociais objetivas de vida do cidadão, condição elementar para vislumbrar um novo modelo de cidadania, a digital. O ensaio problematiza as redes de comunicação, mais especificamente a Internet, enfocando as novas possibilidades

---

<sup>o</sup>Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática e do curso de Comunicação Social (FAAC-Unesp Bauru). Líder do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã - LECOTEC (Unesp). Doutor em Comunicação Social (Unesp), Mestre em Ciência Política (Unicamp) e Jornalista graduado pela PUC-Campinas. E-mail: juliano@faac.unesp.br

<sup>oa</sup>Jornalista, Doutoranda em Ciência da Informação (Unesp), Mestre em Educação. E-mail: angelgrossi@uol.com.br

oferecidas aos vários setores sociais, especialmente as ONGs, compreendendo-a como facilitadora desse novo modelo.

**Palavras-chave:** Inclusão digital; Cidadania; Redes de comunicação; Internet; Informação e Tecnologia.

### ABSTRACT

*The media scenery of the decades right after Internet popularisation (1990's decade) marches toward information contents convergence and the expansion of production and social dissemination of message means. As consequence there are more and more websites at the cyberspace, which may democraticize and horizontalize information, socializing information and levelling the communication environment. A closer look, however, shows that plurality in interactive messages may not provide improvements in the objective social conditions of the citizens, a fundamental condition in order to foresee a new model of citizenship, the digital one. This article analyses communication nets, focusing on new possibilities offered to many segments of society, specially non-profitable organisations, understanding it as a means of facilitating this new model.*

**Key words:** Digital inclusion; Citizenship; Communication nets; Internet; Information and Technology.

### INTRODUÇÃO

O surgimento da Internet permitiu uma agilidade maior no envio e recebimento de informações e na busca de dados. Recursos como *chats*, interatividade, informação em tempo real, edição ou não edição da notícia, serviços públicos oferecidos por meio de sites governamentais mostram como é possível ao usuário usufruir das várias facilidades possibilitadas pelo sistema de transmissão e recebimento de dados.

Segundo Carvalho (1999, p.2):

*a Internet foi um projeto ousado, pensado pelos norte-americanos como uma estratégia no tempo da guerra fria. Importante recordar que ela surge a partir de experimentações nos anos 1960, acaba se ampliando às universidades norte-americanas, depois nas sociedades européias e chega ao Brasil nos anos 1980.*

A Internet ao mesmo tempo, mostra-se como uma mídia emergente e singular, pois possui uma enorme capacidade de troca de informações multiculturais e transtecnológicas. Talvez seja a única mídia que consiga reunir as várias categorias da multimídia: som, imagem, movimento, vídeo, texto, e transcender, a partir de uma lógica do pensar, o hipertexto.

Hoje, a Internet passa por outra fase. Depois do *boom* sofrido até o ano de 1999, existe a preocupação com o tipo de acesso que os usuários têm. Muitas vezes, esse internauta não conhece a potencialidade que o sistema oferece, e noutras o tipo de acesso não permite um uso efetivo da Internet. Alguns provedores, por exemplo, limitam o conteúdo de acordo com o pacote adquirido.

Tendo em vista essa problemática, muitos órgãos governamentais, incluindo o Ministério da Ciência e Tecnologia, meios de comunicação e universidades têm procurado maneiras para atenuar essa diferença. Esse processo vem sendo chamado de inclusão digital, mas dá conta tão-somente das condições de acesso à Internet, desprezando o vasto contingente que frequenta a rede e dela não usufrui de maneira potencial.

Na Sociedade da Informação ou do conhecimento, caracterizada pela valorização do saber como forma de acesso ao poder, as fontes de poder e riqueza dependem da capacidade de geração de conhecimento e processamento de informações. A expansão da tecnologia levou a um processo amplo de globalização, transnacionalização, novas relações de trabalho, mudanças no lazer e consumo. Atualmente, com as redes de comunicação, algumas características foram alteradas, entre elas a interatividade, fornecendo ligação entre o consumidor da informação e o emissor, possibilitando, dessa maneira, a diminuição das distâncias sociais, além de contribuir para o exercício da Cidadania Digital.

Com a chegada dos computadores pessoais na década de 1980, vislumbrou-se uma nova possibilidade de comunicação e produção. Com o avanço da tecnologia, foi possível o acesso a grandes redes de comunicação, a grandes bancos de dados virtuais, à comunicação em tempo real, e mais do que isso, a redução de distâncias entre pessoa, lugar e informação. Nessa perspectiva, a Internet chega revolucionando o modo de transmissão de dados. Segundo Silveira (2001, p. 15), “uma aplicação foi decisiva para a rápida popularização da Internet: o sistema de hipermídia para obter informações por meio da rede”.

Com a melhoria nos modos de transmissão de dados, possibilitados pelos cabos de fibra ótica, começou-se a não mais haver preocupação com a forma de transmissão, mas, sim, com para quem transmitir. Existem vários movimentos sendo formados em prol da usabilidade em massa da Internet. Esses movimentos são chamados de Inclusão digital, ou seja, visam a incluir as comunidades carentes na rede mundial, possibilitando que tenham acesso às informações veiculadas e, mais que isso, que possam produzir conteúdos para a rede em âmbito local, valorizando as necessidades do grupo, transformando, assim, a Internet num facilitador.

## CIDADANIA E AS REDES DE COMUNICAÇÃO

Etimologicamente, a palavra “cidadão” deriva de cidade. Em Atenas, cidadania era o direito de participar das decisões sobre os destinos da cidade, por reuniões em praças públicas, porém a população participativa era bastante pequena. Com o reconhecimento dos direitos civis e sua consagração em documentos, ainda no período medieval, a palavra passou a ser usada para designar a liberdade do homem, seus direitos e os privilégios que deve ter.

A Constituição assegura, por meio de leis, o direito do cidadão. No entanto, a cidadania deve ser imbuída de outros alicerces, passando por algumas transformações. O ser cidadão transformou-se em ser consumidor e ser usuário.

Na sociedade contemporânea todas as pessoas são consideradas cidadãs e tem seus direitos igualmente garantidos, mas a disparidade

social faz com que a camada mais carente não tenha acesso a todos os benefícios que uma pessoa da camada mais elevada, até mesmo pelo grau de conhecimento dos direitos a elas reservados. A transmissão de informação passa ser privilégio de poucos.

Cidadania pode ser entendida como a probabilidade de participação plena do indivíduo (cidadão) na defesa dos interesses da sociedade como direito adquirido num consenso também social.

### AS REDES E A REVOLUÇÃO NA FORMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS

Com as redes de comunicação, algumas características foram alteradas, entre elas a interatividade, fornecendo ligação entre o consumidor da informação e o emissor, seja através do jornal digital, da televisão a cabo, da videoconferência, ou do próprio computador e suas ligações hipertextuais ou conectado à internet, dentre outros meios que poderíamos citar.

Essa seria a terceira grande transformação na mídia por intermédio da tecnologia. A primeira ocorreu com o surgimento das impressoras a vapor e do papel-jornal barato. Depois, veio a transmissão por ondas eletromagnéticas (rádio em 1920 e televisão em 1939). Agora presenciamos o patamar nas tecnologias de armazenagem, produção e difusão de informação.

Estamos no chamado “Mercado de Informação”. Com tamanho e variedade, esse mercado:

*se organiza a partir de uma infra-estrutura comum, feita de todas as ferramentas e serviços informáticos que permitam a suas múltiplas atividades funcionar com eficiência e praticidade (DERTOUZOS, 1997, p. 52).*

Sua infra-estrutura é criada por todos, sem que haja um controle, possibilitando atividades diversas e independentes.

Podemos identificar essa infra-estrutura na Internet, segundo

Moraes (*apud* LÉVY, 2001, p. 113), no ciberespaço:

*cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente distinto. Não é por seus nomes, posições geográficas ou sociais que as pessoas se agregam, mas de acordo com blocos de interesses, numa paisagem comum de sentido e de saber.*

O abismo causado pelo desenvolvimento tecnológico agrava a situação social de países periféricos como o Brasil; na maioria não há autonomia tecnológica, já que os investimentos em pesquisa são baixos ou inexistentes, sem falar da onda de privatizações no ramo das telecomunicações. Para Silveira (2001, p. 16), “as novas tecnologias e os frutos da revolução tecnológica tendem a ampliar o distanciamento entre ricos e pobres”. Complementando, Lévy (2001, p. 30) considera que “a revolução que vivemos hoje, comparável à revolução neolítica por sua amplitude e por suas questões antropológicas, está criando disparidades e desigualdades ainda mais profundas”.

Não é só isso o que torna as grandes redes um meio de exclusão social, uma vez que o acesso a elas é extremamente restrito aos usuários de computador. Ou seja:

*para a pessoa incluída na rede, a navegação estimula a criatividade, permite realizar pesquisa sobre inúmeros temas e encontrar com maior velocidade o resultado de uma busca. Quem está desconectado desconhece o oceano informacional, ficando impossibilitado de encontrar uma informação básica, de descobrir novos temas, de despertar para novos interesses (SILVEIRA, 2001, p. 15).*

Mas é bem verdade que o ciberespaço pode tanto aumentar como diminuir as diferenças. Na web, a gama de opções é bastante vasta. A ajuda mútua e campanhas comunitárias fazem da Internet um dos maiores espaços de troca de informações e solidariedade. Segundo Moraes (2001, p. 75):

*na ausência de uma ordem totalizante, pessoas, grupos ou entidades movem-se na Web de acordo com seus valores e conveniências, consignados em escolhas individuais ou comunitárias. Os usuários formam comunidades autônomas, de tamanhos substantivos e predispostas*

*a respostas a estímulos associativos [...] surgem ajudas mútuas e laços de solidariedade.*

Essa solidariedade faz com que a mobilização social em torno da inclusão digital seja cada vez mais percebida. Com a ajuda da sociedade o processo de abertura do acesso a todos pode se tornar mais rápido, portanto:

*as entidades civis valem-se da internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento da hegemonias constituídas (MORAES) [1].*

## INICIATIVAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL

No país, existem hoje vários projetos de cidadania digital, usando as redes como forma de transmissão de conhecimentos, tentando reverter o quadro, transformando a exclusão digital na inclusão digital. Segundo Cabral (2000, p. 8):

*O impasse colocado pelo contexto atual é o da necessidade de impulsionar o conhecimento por parte do público sobre a Internet, ou seja, sobre uma nova mídia, a partir desta mídia tradicional que conta ainda com uma maior penetração. Nesse contexto, vários assuntos ligados ao ciberespaço, à vida digital, às novas conquistas e desafios que a Internet nos impõe, vêm se tornando cada vez mais freqüentes. Começam a surgir programas que aproximam o cidadão comum do mundo da informática e, como não poderia deixar de ser, das vantagens proporcionadas pela Grande Rede [2].*

Essa inclusão depende de alguns fatores para se tornar uma realidade. Entre eles, as iniciativas dos órgãos públicos. Partindo desse pressuposto, são necessárias algumas ações:

- Criar políticas públicas integradas e articuladas entre as esferas Federal, Estadual e Municipal e entre os três Poderes.

- Estimular as comunidades a se apropriarem dos recursos e conceitos tecnológicos.

- Garantir a equiparação de oportunidades.

- Buscar recursos financeiros a fundo perdido e equipamentos em instituições multilaterais, organismos internacionais e empresas privadas.

- Criar destinação orçamentária para a Inclusão Digital em todos os níveis do poder público.

- Estimular o uso de soluções tecnológicas de baixo custo (equipamentos, redes e aplicativos).

- Prover tarifas reduzidas de telecomunicação para as ações de Inclusão Digital.

Com isso, as comunidades envolvidas poderiam opinar nos equipamentos e softwares básicos a serem utilizados e na identificação e criação de aplicativos que atendam as suas necessidades.

Por meio desse processo de inclusão, seria possível permitir um aprendizado autônomo dos indivíduos. Segundo Silveira (2001, p. 13), “as oportunidades dos incluídos na sociedade da informação são bem maiores do que aqueles que vivem o *apartheid* digital”.

Um exemplo claro da força exercida pela sociedade civil é o Rio de Janeiro. Desde outubro de 2001, o projeto Cidadania Digital vem “beneficiando diversas comunidades carentes de Guadalupe, Morro do Sereno e Ilha do Governador” [3], que estão “recebendo aulas de informática e tendo acesso à rede mundial de computadores” [4]. A prefeitura de São Paulo também vem realizando um plano de inclusão digital por meio da criação de telecentros, sendo os frequentadores dos telecentros estimulados a criar páginas na Internet com notícias e atividades relacionadas aos interesses do bairro [5].

Por meio de iniciativas como essa:

*as ferramentas da WEB podem propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais*

*por afinidades coletivas. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania (MORAES) [6].*

Vários órgãos têm se unido mundialmente para diminuir as diferenças. A ONU (Organização das Nações Unidas), juntamente com governos, empresas privadas e sociedade civil para propor a criação de uma Força de Tarefa e de um fundo de investimento em tecnologias de informação e comunicação com o objetivo de diminuir a disparidade e universalizar o acesso à rede, para que o abismo tecnológico seja superado.

No Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologias lançou, em 1999, o programa Sociedade da Informação. O programa prevê um conjunto de iniciativas dos governos federal, estadual e municipal juntamente com a iniciativa privada. São oito as linhas de ação proposta pelo Programa Sociedade da Informação, ou seja:

- Pesquisa e desenvolvimento em tecnologias-chave.
- Prototipagem de aplicações estratégicas.
- Implantação de infra-estrutura avançada para pesquisa e ensino.
- Fomento a informações e conteúdos.
- Fomento a novos empreendimentos.
- Apoio à difusão tecnológica.
- Apoio a aplicações sociais.
- Governança no mundo eletrônico.

O projeto conta ainda com nove áreas de atuação, com prioridade para ciência, tecnologia, educação e cultura.

Assim, com esse tipo de iniciativa poderemos ampliar a comunidade virtual e diminuir as diferenças sociais, permitindo às pessoas que sofrem com o *apharteid* digital fazer parte da Sociedade da Informação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso compreender o fenômeno midiático Internet, com base em uma reflexão sobre as condições do acesso aos serviços e uso das potencialidades da nova mídia. Um caminho a seguir é a possibilidade de universalização do acesso, proporcionada por meio de iniciativas de organizações não-governamentais, bem como por instituições aparelhadas pelo Estado e pela iniciativa privada.

Seguramente, ainda estamos distantes da formulação e da experimentação de um novo modelo de cidadania, a digital, mas é imperioso colocar o debate da cidadania como condição social para a democratização do saber e horizontalização da Internet, sem o que desperdiçamos, no tempo e na história, a compreensibilidade do papel dinamizador da Internet e potencializador para os grupos sociais que estão à margem de instrumentos objetivos de manuseio e acesso à informação.

Para Lévy (2001), “precisamos olhar o mundo de hoje com os olhos do mundo de amanhã, não com os de ontem [...] os olhos de amanhã são os olhos planetários. As fronteiras são as ruínas, ainda de pé, de um mundo em revolução”. Precisamos olhar o mundo com os olhos da equidade, sem distinção de cor, raça, sexo ou condição social, afinal esse é o princípio da igualdade garantido a todos os que são considerados cidadãos na sociedade atual.

## NOTAS

[1] e [6] Conforme: MORAES, D. “Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na internet”. In: *Sala de Prensa*. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art156.htm>>

[2] Ver também: CABRAL, A. “Tecendo a rede da net-cidadania - a construção do imaginário sobre o futuro a partir das campanhas de publicidade de produtos e serviços ligados à Internet”. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, Manaus, setembro de 2000. *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, 2000.

[3] e [4] Conforme: CARDOSO, M. “Projeto Cidadania Digital será ampliando no Rio”. In: *Ministério da Ciência e Tecnologia*. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/comunicacao/textos/default.asp?cod\\_tipo+1&cod\\_texto=1907](http://www.mct.gov.br/comunicacao/textos/default.asp?cod_tipo+1&cod_texto=1907)>

[5] Conforme: “Informática para todos - plano de Inclusão Digital da Prefeitura de São Paulo disponibiliza o acesso à internet para a população de baixa renda”. In: *Revista Cidades do Brasil*. Disponível em: <<http://www.cidadesdobrasil.com.br/gestao/gestao26p2.htm>>

## REFERÊNCIAS

CABRAL, A. “A Internet e a luta de classes”. In: *Anais do V Congresso da Asociacion Latinoamericana de Investigadores de la Comunicacion-ALAIC*. Santiago do Chile: ALAIC, 2000.

\_\_\_\_\_. “Tecendo a rede da net-cidadania - a construção do imaginário sobre o futuro a partir das campanhas de publicidade de produtos e serviços ligados à Internet”. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, Manaus, setembro de 2000. *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, 2000.

CARVALHO, J. M. “A política de implantação da Internet no Brasil”. In: XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, Rio de Janeiro, setembro de 1999. *Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, São Paulo, 1999.

DERTOUZOS, M. *O que será*. Como o novo mundo da informação transformará nossas vidas. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

LÉVY, P. *A conexão planetária - o mercado, o ciberespaço, a consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

MORAES, D. *O concreto e o virtual - mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SILVEIRA, S. A. *Exclusão digital - a miséria na era da informação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.